

A PEQUENA PRODUÇÃO E O ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO NORDESTE BRASILEIRO

Edneida Rabêlo Cavalcanti*

Tratar a pequena produção relacionada ao abastecimento alimentar é, sem dúvida, um assunto repleto de questões cruciais, numa região em que domina a grande propriedade, predominantemente vinculada a monocultura da cana-de-açúcar e a pecuária. Uma região alvo de tantas políticas e programas intitulados como sendo os de sua “redenção”; o Nordeste que “ora é apontado como área das secas, que desde a época colonial faz convergir para região, no momento de crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área de grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria” (Andrade, 1986). Percebe-se desde já o quanto é difícil caracterizar esse espaço que apesar de ser identificado, em termos de suas condições naturais, como domínio do semi-árido, apresenta-se muito complexo quanto a origem das paisagens geográficas.

Para que seja possível compreender o processo de organização sócio-econômica do Nordeste, ou melhor, alguns pontos-chaves desse processo que permitam elucidar e contextualizar a origem e o percurso da pequena produção, tema-chave do trabalho, é necessário começar pela atividade canavieira e suas implicações na produção do espaço.

A colonização ocorrida no Brasil, fruto da expansão do comércio marítimo e da desagregação do regime feudal na Europa, desencadeou um processo de transformação marcante no espaço natural, visando a atender um caráter de simples exploração. Os primeiros contatos com a nova terra foram feitos mediante a extração do pau-brasil. No entanto, a fixação do homem à terra só ocorreu mediante a introdução da monocultura da cana-de-açúcar. A escolha da região Nordeste (Zona da Mata) para a exploração da cultura da cana, seja pelo quadro natural favorável, seja pela maior proximidade com a metrópole, foi decisivo para o andamento da organização sócio-econômica que aí então passou a se processar.

As sesmarias, doadas inicialmente pelos donatários e depois pela própria Coroa, para serem exploradas pelo trabalho escravo, logo tornaram-se a base das propriedades senhoriais, berço da atual estrutura fundiária. “De qualquer forma, a ocupação do território e o sistema de propriedade criado com as sesmarias, provocou a existência de uma dualidade no setor agrícola, entre o latifúndio, reconhecido jurídica e socialmente, e o ‘roçado’, com presença permanente mas sem proteção legal” – (Andrade, 1988). Assim, de acordo com Graziano (1982), “a estrutura agrária brasileira tem se caracterizado, desde a sua formação, por um alto grau de concentração da propriedade da terra”, e a grande propriedade tem se firmado, ao longo da história da agricultura brasileira, como trunfo da forma específica do desenvolvimento capitalista no país. Isto revela a existência de uma

* Fundação Joaquim Nabuco - Brasil

“sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a posse da terra” – (Graziano, 1982).

No processo de ocupação do Nordeste, o Agreste, área de transição entre a Zona da Mata de clima quente e úmido e o Sertão semi-árido, foi a última porção a ser ocupada. Tal situação deve-se tanto a dificuldades de acesso, imposta pela escarpa da escarpa da Borborema, tanto por condições históricas representada pela presença-refúgio dos grupos indígenas, ou mesmo pelo fortalecimento da atividade pecuária no Sertão. Essa atividade que num primeiro momento foi subsidiária da cana-de-açúcar e ocupava as terras próximas aos engenhos que não se prestavam, no momento, para o plantio da cana, foi sendo deslocada para o interior devido o aumento de sua importância econômica, pela incorporação das terras ocupadas por esta atividade, com a cana-de-açúcar e pela sua diversidade crescente de abastecimento dos engenhos. O Agreste, segundo Andrade (1980) “uma quase miniatura do Nordeste, pela sua diversidade do quadro natural”, foi, no início de sua ocupação, palco e prolongamento das atividades desenvolvidas no Sertão, basicamente a pecuária. Sales (1982) comenta a necessidade de se fazer uma revisão acerca da organização sócio-econômica do Agreste, num contexto mais amplo de transformações existentes. Nesse quadro a pequena produção aparece como indicador fundamental dessas transformações.

A formação da pequena propriedade demorou, segundo Guimarães (1981), três séculos para vir a existir. Havia toda espécie de impedimento para que “as massas humanas tivessem acesso a terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações”. No entanto a pequena produção de alimentos pode ser remontada aos próprios indígenas que aqui habitavam, depois aos colonizadores aqui instalados provisoriamente ou em caráter permanente e em seguida com a fixação do homem à terra. No último caso realizada por escravos e homens livres, longe do núcleo principal das plantações de cana e sempre sujeitos a dilatação dos cultivos.

Sem dúvida é sobre o Agreste, Agrestes, no dizer de Sales (1982), que as atenções devem ser concentradas no tocante ao abastecimento alimentar; não por ser a área mais propícia em termos das condições naturais, mas por ter sido, historicamente espaço da policultura. Ao contrário da Zona da Mata que se especializou num único cultivo, o Agreste sempre foi uma área diversificada quanto à sua estrutura produtiva, e a pecuária, como já foi cada quanto à sua estrutura produtiva, e a pecuária, como já foi salientado, constitui-se na sua atividade básica inicial, que desde então combinou-se com o cultivo de lavouras alimentares como meio de subsistência de seus moradores. O Agreste resultou numa região densamente povoada e segundo Sales (1982) com uma estrutura agrária constituída basicamente de duas partes: de grandes e médias propriedades voltadas para a pecuária ou a agricultura comercial. E em segundo lugar, numa extrema subdivisão da propriedade voltada principalmente para a produção alimentar, cujo cultivo é realizado não apenas pelos camponeses proprietários, como por aqueles que, por várias formas de relações de trabalho como o morador, o parceiro, o rendeiro, estão vinculados às grandes e médias propriedades. Cada

mez mais o Agreste foi sendo concebido como espaço de diversidade agrícola, visto que a Zona da Mata perdia, ainda mais, essa condição em virtude da eliminação dos sítios. Essa eliminação foi consequência da expansão no plantio da cana, principalmente após a substituição do engenho pela usina, e do receio dos proprietários em manterem vínculo empregatício após a aprovação do Estatuto da Terra. Com isto, “à concentração fundiária segue-se a concentração fundiária. E à concentração fundiária seguir-se-á a supressão das outras culturas; o desenvolvimento da abastecimento” –(Andrade, 1988).

Vale salientar que nem todo o espaço agrestino pode ser considerado policultor, basicamente por duas razões: uma diz respeito a condição de subumidade dominante e que impõe limitações ao uso agrícola; a outra diz respeito a um fenômeno apontado como sendo de “pecuarização” e que tem ensejado a reconcentração fundiária e a marginalização da pequena produção. Se no início do povoamento e até um certo momento de sua evolução, a pecuária foi uma atividade compatível com a produção de alimentos baseada no trabalho familiar, o crescimento, relativamente recente dessa atividade, pelas suas características, não mais permite tal convivência.

Tanto no Agreste quanto no Sertão, destaca-se a presença dos “brejos” que contrasta, pela sua paisagem, com as áreas circunvizinhas, e se diferencia pelas formas de uso do solo. Não apresentam, no entanto, uma uniformidade e a sua existência é determinada, predominantemente, por condições geológicas e/ou climáticas; os efeitos de altitude e/ou exposição aos ventos úmidos reúnem-se para produzir verdadeiras “ilhas” de clima úmido, onde os solos são profundos, o revestimento florístico primitivo é de mata e os cursos d’água são permanentes. Os “brejos” têm servido como verdadeiros “refúgios” para a pequena produção, mesmo tendo passado por períodos em que dominaram atividades outras, com destaque para o café. Mas esse refúgio, talvez o último, também encontra-se ameaçado, principalmente pela repartição da terra por herança, levando a que sejam formados microfundos, inviáveis até mesmo para subsistência familiar.

Tem-se nitidamente, segundo Sales (1982), a existência de pelo menos dois Agrestes, em termos de composição espacial: um é o Agreste especializado na criação de gado bovino, que tem, cada vez mais, substituído os pastos naturais por pastos plantados, onde já desponta uma pecuária mais intensiva, com todas as consequências daí advindas para a tradicional produção alimentar dos camponeses. O outro, mais restrito espacialmente e identificado sobretudo com as manchas úmidas, é aquele que se especializa na produção alimentar para o mercado. Tudo isso sem levar em consideração as alterações ocorridas ao longo do tempo, responsável pela existência de tantos outros Agrestes. Em todos esses Agrestes, a forma de utilização do espaço, a constituição do espaço geográfico pelo homem, se faz, segundo Andrade (1980), “de acordo com a disponibilidade de capital, os conhecimentos técnicos, os objetivos sociais e políticos”. Na maioria dos casos, e no espaço em questão, com maior vigor, os recursos naturais são explorados por processos que visam aumentar a produtividade mas sem os necessários rigores técnicos adaptados a situações específicas, elevando o nível

de degradação. Na visão do pequeno produtor essa degradação é clara, na medida em que evidencia-se nos resultados da produção. Junta-se a isso o imediatismo presente na visão dos produtores, principalmente os grandes proprietários, por serem estes os que estruturalmente podem visar a obtenção de lucro. Para agravar ainda mais esse quadro existem dois fatores de maior importância que contribuem para o comportamento da economia na diminuição da produção agrícola: o desequilíbrio técnico existente entre culturas de exportação e aquela de mercado interno, e mais, a existência de uma política cambial que incentiva as exportações.

Verifica-se a tendência de cada vez mais aumentarem os problemas que afetam a distribuição de alimentos, constituindo-se numa questão grave a nível mundial, que diz respeito a interface alimentos-energia. Tais questões são revestidas de singularidades e até mesmo agravadas pelas especificidades regionais. É nessa perspectiva que se deve buscar soluções, afinal, segundo Sachs (1986), “acumular estoques de alimentos e de combustível pouca serventia tem para quem passa fome e não possui meios para comprá-los; a alternativa seria, então, produzi-los para auto abastecimento, caso em que o acesso à terra é indispensável”.

A intensão não é a de alçar mãos da teoria de Malthus, nem tão pouco apoiar correntes que defendem o crescimento sem limites. É importante sempre questionar o que, onde, como e para que plantar determinada cultura, para evitar determinadas contradições como por exemplo a de ser o Brasil um dos maiores exportadores de alimentos, mas que não é capaz de alimentar seu próprio povo.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Josimar Paes de. A extinção do arco-íris: ecologia e história. Campinas, Papirus, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. Agricultura e capitalismo. São Paulo, Hucitec, 1979.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e homem no Nordeste. São Paulo, Liv. Ed. De Ciências Humanas, 9ª. Ed. 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. Latifúndio e reforma agrária no Brasil. São Paulo, Duas Cidades, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. Nordeste: alternativas da agricultura. São Paulo, Papirus, 1988.

BESKOW, Paulo Roberto. O arrendamento capitalista na agricultura. São Paulo, Hucitec, 1986.

BOSERUP, Ester. Evolução agrária e pressão demográfica. São Paulo, Hucitec, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Plantar, colher, comer. Rio de Janeiro, Graal, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1988.

CARVALHO, Inaiá Moreira de. O Nordeste e o regime autoritário. São Paulo, Hucitec, 1987.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo, Contexto, 1989.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Possibilidades e limites da ciência e da técnica diante da questão ambiental. In: GEOSUL; no. 5, ano III, Editora da UFSC, 1988.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES, Alberto Passos, A crise agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

LIMA SOBRINHO, Antônio Estevan de. Fome, agricultura e política no Brasil: a chantagem alimentar. Petrópolis, Vozes, 1982.

MARTINS, José de Souza (org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo, Hucitec, 1986.

MELO, Mário Lacerda de. Os Agrestes. Recife, SUDENE, 1980.

MELLO NETTO, Antônio Vieira de & COUTINHO, Solange F. S. Áreas de exceção do Agreste de Pernambuco. In: 1º Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente. Recife. FUNDAJ, 1986.

NEVES, Delma Pessanha. Lavradores e pequenos produtores de cana. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981.

SALES, Tereza. Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1982.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual, natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A., 1988.

SOARES, Luiz Eduardo. Camoésinato: ideologia e política. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981.

TUAN, Yifu. Topofilia, um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo, DIFEL, 1980.

ZEFERINO, Augusto César. Problemas que afetam a distribuição de produtos agrícolas. In: GEOSUL, No. 5, ano III, Editora da UFSC, 1988.